



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 26, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre pagamento de débito e obrigações do Município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, decorrentes de decisões judiciais, considerados de pequeno valor nos termos da Constituição Federal.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais APROVOU por proposta do Executivo Municipal e eu, JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica regulamentado o pagamento de débitos e obrigações do Município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, bem como aqueles considerados de pequeno valor nos termos das previsões estabelecidas no artigo 100 e artigo 98 dos atos das Disposições Transitórias Constituição Federal.

Art. 2º O pagamento dos débitos e obrigações de que trata o caput do artigo 1º, será efetuado diretamente pela Secretária Municipal de Finanças, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo, devidamente inscrito no orçamento.

§ 1º Consideram-se de pequeno valor os débitos e obrigações cujos valores não excedam o limite máximo de 10 (dez) salários mínimos nacionais nos termos dos §§ 3º e 5º do artigo 100 da Constituição Federal e artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 3º O Município de Doutor Ulysses adota o regime especial de pagamentos de precatórios vincendos pelo prazo de até 15 (quinze) anos, cujos valores serão acrescidos do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

Art. 4º Os pagamentos de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeira e atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolizados no Município.

Art. 5º Se o valor de débito ou da obrigação ultrapassar o limite previsto no § 2º do artigo 3º desta Lei, o credor poderá renunciar o crédito excedente, para beneficiar-se do pagamento sem a expedição de precatório judiciário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Prefeito Municipal em 10.11.2011.

JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Download Anexo: Lei Ordinária Nº 26/2011 - Doutor Ulysses-PR

(www.leismunicipais.com<https://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/doutor-ulysses-pr/2011/anexo-lei-ordinaria-26-2011-doutor-ulysses-pr-1>

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 11/05/2022